

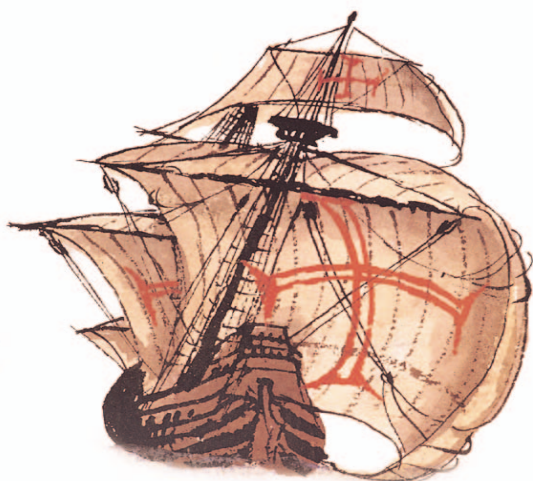
# As Origens de Macau nas Fontes Ibéricas<sup>1</sup>

RUI MANUEL LOUREIRO\*

Doutorado em História pela Faculdade de Letras de Lisboa, director da extensão algarvia da Universidade Lusófona, Professor visitante da Universidade de Macau e membro do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Academia de Marinha.

*Ph.D. in History from the Faculty of Arts at the University of Lisbon. Director of the Algarve campus of the Lusófona University, in the city of Lagos. Visiting Professor at the University of Macao and a Member of the Ministry of Education Committee for the Commemoration of the Portuguese Discoveries, the Geographical Society of Lisbon and the Naval Academy.*

Desenho de uma nau portuguesa, incluído no *Livro das Armadas*, manuscrito português anónimo de finais do século XVI. Original na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.



A fundação de Macau, em termos globais, foi consequência directa de vários factores complementares, que convirá desde já relembrar com brevidade: em primeiro lugar, a presença portuguesa nos mares do Extremo Oriente, iniciada em 1511 com a conquista de Malaca, que sempre andou intimamente associada a um vasto conjunto de interesses materiais e religiosos, empenhados numa aproximação privilegiada ao Celeste Império; depois, o descobrimento do Japão pelos navegadores portugueses em 1542 ou 1543, causador de um acrescido movimento mercantil nos portos chineses meridionais; e em terceiro lugar, a existência na província chinesa do Guangdong de uma conjuntura interna momentaneamente favorável ao intercâmbio pacífico com os bárbaros estrangeiros.

O entreposto português de Macau surgiu por volta de 1557, em circunstâncias ainda imperfeitamente esclarecidas. Apenas dois anos antes, os mercadores oriundos de Portugal ainda frequentavam Lampacau, uma pequena ilha desértica da Baía de Cantão, utilizando a península macaense como ponto de escala nas suas deslocações regulares à grande metrópole meridional.<sup>2</sup> O ancoradouro designado por Macau<sup>3</sup> situava-se então num local deserto, ou escassamente povoado, sem qualquer relevo de maior no contexto regional. Nas décadas seguintes, porém, graças à presença dos portugueses, viria a conhecer um desenvolvimento fulgurante, até se transformar num dos mais importantes portos da Ásia marítima.

A génese da cidade do Nome de Deus<sup>4</sup> é um dos temas mais estudados e, simultaneamente, mais confusos da história da presença portuguesa na China, uma vez que a relativa escassez de documentos tem suscitado a proliferação de versões românticas, e indevidamente fundamentadas, do acontecimento.<sup>5</sup> Por isso mesmo, interessará tentar deslindar os circunstancialismos concretos do precoce aparecimento de um estabelecimento lusitano na embocadura do rio das Pérolas, recorrendo à massa documental quinhentista de origem ibérica actualmente disponível.

## O PORTO DE MACAU, FRONTEIRA EXTREMO-ORIENTAL

Um dos primeiros povoadores de Macau, segundo parece, terá sido o padre Gregório González, sobre o qual quase nada se consegue apurar. Este



Gravura de um junco chinês, do *Itinerário* do viajante neerlandês Jan Huygen van Linschoten, impresso pela primeira vez em Amsterdão em 1596.

prelado espanhol, aí por 1573, escreveu uma longa carta a D. Juan de Borja, então embaixador de Filipe II em Lisboa, dando-lhe conta de alguns sucessos ocorridos na costa meridional da China em anos anteriores. Aparentemente, o padre González fora enviado de Malaca para os portos chineses depois das “pazes com os portugueses”,<sup>6</sup> isto é, logo após a celebração, em 1554, de um acordo informal entre Leonel de Sousa e os mandarins de Cantão, com vista à normalização do tráfico luso-chinês. O capitão algarvio Leonel de Sousa apenas regressou a Malaca em Março de 1555, de modo que o vigário só terá rumado ao litoral cantonense na monção desse mesmo ano.

Em 1555, depois dos mercadores portugueses terem abandonado os seus acampamentos temporários, o padre Gregório permaneceu “na terra” com “sete

cristãos”. As autoridades provinciais, segundo alega, aprisionaram-nos a todos, gritando sobretudo com o prelado, perguntando-lhe por que razão se “deixava ficar na terra, que seria alguma traição”.<sup>7</sup> González não menciona explicitamente o lugar onde inverno, nem identifica os seus companheiros de cativeiro; mas parece lógico assumir que teria ficado em Macau com alguns mercadores portugueses. Com efeito, nesse mesmo ano de 1555, alguns deles, e também vários jesuítas, invernoaram na ilha de Lampacau sem qualquer oposição dos mandarins de Cantão. Apenas o ancoradouro de Macau, situado no continente, teria sido interdito aos estrangeiros, o que explicaria cabalmente as peripécias vividas pelo religioso espanhol, que veio a ser libertado após o reinício da época mercantil.



## HISTORIOGRAFIA

Em 1556 a situação parece ter-se repetido. Depois de todos os navios lusitanos terem abandonado o porto de Macau, escala provisória no caminho para Cantão, o padre Gregório, que entretanto tinha convertido alguns chineses e construído uma “igreja de palha”, decidiu permanecer naquele ancoradouro com a sua pequena congregação de “75 cristãos”. Todos foram novamente aprisionados pelos mandarins provinciais, que, no entanto, voltariam a libertá-los nos primeiros meses do ano



Pintura portuguesa de cerca de 1548, representando um português na Índia. Original no Códice 1889 da Biblioteca Casanatense, em Roma.

imediatamente. Em 1557, pela primeira vez, os chineses não obrigaram os estrangeiros a destruírem as cabanas temporárias construídas “na ponta da terra firme que se chama Macau”,<sup>8</sup> talvez porque nesse ano a povoação tivesse assumido dimensões importantes, que tornariam a sua demolição demasiado complicada, ou talvez porque se fossem habituando à presença destes naquela península anteriormente deserta.

As declarações do padre Gregório González não são confirmadas por qualquer outro documento coevo, de modo que o seu testemunho deve ser admitido sob

reservas. O clérigo espanhol, contudo, declara que depois de 1557 os portugueses puderam residir tranquilamente em Macau, onde, “por decurso do tempo”, se veio a fundar “uma povoação muito grande”, que doze anos mais tarde contava já com mais de “cinco mil almas cristãs”.<sup>9</sup> A data da fundação do estabelecimento português parece de aceitar, uma vez que frei Gaspar da Cruz, que visitou o litoral chinês em 1556, não faz ainda qualquer referência a tal povoação, no seu extenso *Tratado das coisas da China*.<sup>10</sup>

O dominicano português partira de Malaca em Setembro de 1555, com destino ao “reino de Camboja”, onde o “próprio rei da terra”, de acordo com os mercadores portugueses que ali afluíam em demanda da preciosa madeira de calambuco, solicitara o envio de missionários, pois desejava tomar conhecimento da “lei evangélica em que vivem os cristãos”.<sup>11</sup> Estes rumores sobre a provável conversão do monarca cambojano são confirmados por Fernão Mendes Pinto, que nos primeiros meses de 1555 se terá cruzado em Malaca com o missionário.<sup>12</sup> Todavia, após um ano de permanência naquele reino indochinês, Gaspar da Cruz, constatando que nele “não podia fazer fruto” e padecendo de “graves doenças”, resolveu abandonar os cambojanos às suas “ignorâncias e parvoíces gentílicas”.<sup>13</sup>

Assim, na segunda metade de 1556, em data incerta, frei Gaspar decidiu rumar aos portos do Celeste Império, a bordo de uma “nau de chinas que então na terra estava”, atraído pelas muitas coisas que lhe haviam contado sobre a “China e a gente dela”.<sup>14</sup> Aportou decerto à ilha de Lampacau, onde então fundeavam os navios portugueses oriundos de Malaca e do arquipélago do Japão. Posteriormente, talvez entre Dezembro de 1556 e Janeiro do ano imediato, visitou a cidade de Cantão na companhia de mercadores portugueses, aí se demorando cerca de um mês. A gente lusitana que, por esses anos, visitava aquela grande metrópole chinesa necessitava de permissão formal dos mandarins cantonenses. As licenças eram normalmente concedidas pelo período de trinta dias, findo o qual eram afixadas “tábuas pelas ruas escritas”, identificando os estrangeiros cuja autorização caducara, e proibindo a população local de com eles contactar.<sup>15</sup>

O bem-intencionado dominicano concluiu rapidamente que a China, à semelhança do Camboja, tão-pouco oferecia condições apropriadas ao exercício

do apostalado. Por um lado, ninguém podia estar “de assento na terra”, uma vez que as autoridades apenas concediam vistos de residência temporários. Assim, era impossível desenvolver um trabalho missionário regular, de modo a “frutificar e conservar o fruto”. Por outro lado, os chineses revelavam um tal respeito pelos seus mandarins, “que ninguém se ousaria de fazer cristão sem licença deles”. Haveria que, em primeiro lugar, obter permissão imperial para se pregar na terra, o que só poderia ser conseguido através de uma embaixada oficial, enviada pelo Estado Português da Índia.<sup>16</sup> Nas primeiras semanas de 1557 o dominicano estava de volta a Malaca, de onde, posteriormente, haveria de seguir para a Índia. Anos mais tarde redigiria o seu *Tratado das coisas da China*, publicado em Évora em 1570, no qual relatava as suas vivências do Celeste Império. Significativamente, essa obra, que ostenta um profundo conhecimento da realidade sínica e também dos primórdios das relações luso-chinesas, não faz qualquer referência ao ancoradouro ou à povoação de Macau. Frei Gaspar menciona apenas os “portos seguros”, onde os mercadores lusitanos “estão quietos sem risco, e sem os inquietar ninguém”.<sup>17</sup>

Estas afirmações parecem sugerir que em finais de 1556 não existia ainda qualquer estabelecimento português suficientemente estável no litoral da China. As embarcações dos portugueses continuariam a demandar a ilha de Lampacau, como o tinham feito em anos anteriores, utilizando Macau como escala de recurso na rota que, através da Boca do Tigre e do rio das Pérolas conduzia a Cantão. Em finais de 1557, um jesuíta residente em Malaca mencionava também os “portos da China, onde os portugueses fazem suas fazendas”, sem acrescentar quaisquer outros pormenores.<sup>18</sup> A fundação de Macau, assim, teria sido assunto de pouca monta, que não despertou a atenção de nenhum dos muitos observadores lusitanos que por esses anos circulavam pelas ilhas do litoral cantonense.

Anos mais tarde, Fernão Mendes Pinto haveria de escrever que os mercadores portugueses “faziam sua veniaga com os chins” em Lampacau “até o ano de 1557”. Depois dessa data, os mandarins de Cantão, “a requerimento dos mercadores da terra”, teriam autorizado a realização de trocas comerciais no “porto de Macau”, que anteriormente era uma “ilha deserta”.<sup>19</sup> Neste caso concreto, não há razões para questionar a palavra do célebre aventureiro, que é confirmada por outras fontes mais tardias, como teremos ocasião de

constatar. Para já, é importante salientar o modo completamente informal, e perfeitamente modesto, como os portugueses se estabeleceram em Macau.

A carta do padre Gregório González sugere que entre finais de 1557 e princípios do ano imediato um número indeterminado de mercadores permaneceu

*Muitos dos “chatins”  
em Lampacau, segundo o padre  
Nunes Barreto, “havia muitos  
anos que se não confessavam”,  
nem tão-pouco assistiam  
a um ofício divino.  
Outros andavam amancebados  
com moças asiáticas, sem se  
preocuparem com quaisquer  
preceitos de ordem moral  
ou religiosa.*

naquele porto, após a conclusão da época de trocas, sem qualquer oposição dos mandarins chineses.<sup>20</sup> Em anos seguintes, a povoação improvisada teria tendência para crescer, uma vez que a península de Macau, quer do ponto de vista mercantil, quer em termos de aquisição de víveres, oferecia uma posição mais vantajosa do que Lampacau, já que estava mais próxima de Cantão e tinha acesso directo à terra firme. Perante a complacência das autoridades locais, o estabelecimento não poderia deixar de aumentar rapidamente, uma vez que o tráfico luso-chinês atingira já uma dimensão considerável.<sup>21</sup> Da parte chinesa, segundo se infere das declarações de Mendes Pinto, teria havido uma intervenção dos “mercadores da terra” a favor dos estrangeiros.<sup>22</sup> Para os cantonenses, a mudança dos bárbaros para o novo ancoradouro, encurtando o trajecto para Cantão, também traria as suas vantagens.

Com o estabelecimento de um núcleo estável em Macau, a ilha de Lampacau não foi de imediato abandonada pelos navios portugueses. É natural que nem todos os capitães se fiassem inteiramente dos chineses, preferindo antes ancorar as suas embarcações

## HISTORIOGRAFIA



Planta de Macau incluída no *Livro das Plantas, Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, manuscrito português anónimo de cerca de 1640. Original na Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, Portugal.

numa ilha deserta, em vez de procurarem refúgio num ponto da terra firme, demasiado vulnerável a eventuais ataques de forças locais. A experiência de anteriores contactos e confrontos com mandarin de outras regiões costeiras da China levaria os portugueses a usarem das maiores cautelas, aguardando a consolidação das concessões chinesas.<sup>23</sup>

Em Lampacau, e também em Macau, sem dúvida, vivia-se então um verdadeiro ambiente de fronteira, dada a inexistência de estruturas administrativas permanentes. A autoridade máxima nestes estabelecimentos era exercida desde cerca de 1555 pelo capitão da viagem do Japão. Este cargo fora nesse ano desempenhado por D. Francisco de Mascarenhas Palha, que em Maio do ano imediato rumara aos portos do arquipélago nipónico.<sup>24</sup> De acordo com um alvará régio um pouco posterior, o capitão-mor tinha poderes sobre “quaisquer navios e gente portuguesa” que se encontrassem nos portos escalados durante a jornada para o Japão.<sup>25</sup> Mas o beneficiário de uma dada viagem permanecia em Lampacau, e depois em Macau, apenas uma parte do ano. Durante o resto do tempo, os mercadores portugueses estavam entregues a si próprios e às formas de organização que pudessem ou soubessem improvisar. Assim, não era raro surgirem divergências entre distintos fidalgos ou mercadores, com a imediata formação de partidos antagónicos, a propósito de questões de interesse colectivo.

No próprio ano de 1555, a despeito da presença de D. Francisco de Mascarenhas em Lampacau, houvera grandes disputas entre os portugueses ali estantes. O padre Melchior Nunes Barreto, que então se encontrava naquela ilha, escreveu mais tarde que em “Lampacau recresceram alguns bandos e inimizades entre alguns capitães das naus”. Embora não especifique os motivos das discussões, o padre jesuíta afirma que se vira obrigado a andar “não sei quantos dias de nau em nau”, procurando acalmar os exaltados ânimos dos seus conterrâneos, que estavam a pontos de se “matarem uns com outros”. Finalmente, depois de intensas diligências, conseguira pacificar os desavindos mercadores.<sup>26</sup>

As alegações do padre Melchior a respeito do ambiente que se vivia nos portos da China são confirmadas pelo testemunho de um outro jesuíta. Com efeito, poucos anos passados, o irmão André Pinto lembrava que a ausência de oficiais da Coroa lusitana, aliada à soltura dos portugueses, deixava “a porta muito aberta para ódios e vinganças”. Ademais, acrescentava o jovem missionário, o clima de turbulência era complicado pelo facto de todos os mercadores andarem “carregados de armas”.<sup>27</sup> Os membros da Companhia de Jesus, nestes pequenos entrepostos lusitanos, parecem ter amiúde desempenhado um importante papel na resolução de conflitos que eram motivados as mais das vezes por interesses de ordem material. O irmão André Pinto, segundo relata, tinha num só ano

evitado mais de vinte confrontações, incluindo vários duelos, entre os seus patrícios mais exaltados.

Para além de exercerem uma função de arbitragem nas disputas violentas, os padres procuravam moralizar a vida quotidiana dos mercadores. Muitos dos “chatins” que se encontravam em Lampacau,<sup>28</sup> segundo o padre Nunes Barreto, “havia muitos anos que se não confessavam”, nem tão-pouco assistiam a um ofício divino. Outros ainda, de acordo com a mesma fonte, andavam amancebados com moças asiáticas, que adquiriam para seu serviço, sem se preocuparem com quaisquer preceitos de ordem moral ou religiosa.<sup>29</sup> O nosso missionário, aparentemente, conseguiu maravilhas, pois, embora sentisse grande “confusão” perante a situação que fora encontrar naquele porto chinês, formalizou alguns casamentos entre os portugueses e suas escravas, ao mesmo tempo que impunha a celebração regular de “missas e pregações”, para uma congregação cada vez mais numerosa.<sup>30</sup>

Estas informações permitem esboçar o ambiente de instabilidade que se vivia nos estabelecimentos portugueses da Baía de Cantão, onde “as trapaças e contratos ou distratos” seriam prática quotidiana.<sup>31</sup> Entre 1550 e 1557, os navios oriundos de Malaca ou do Japão chegavam e partiam com uma certa regularidade, ao sabor dos ventos periódicos. Os portugueses alojavam-se em acampamentos provisórios, construídos nas ilhas do litoral, onde, durante algumas semanas ou mesmo meses, tinham lugar intensas trocas comerciais com os chineses. Após o acordo de Leonel de Sousa, obtiveram autorização para visitar Cantão e para residirem durante limitados períodos de tempo naquela cidade. Os acampamentos temporários, paulatinamente, deslocaram-se de Sanchoão para Lampacau, de uma ilha para outra ilha, mas cada vez mais perto de Cantão.

Estes aglomerados de homens de acção, habituados às mais duras condições de vida, formavam-se e extinguíam-se ao ritmo das monções, sem uma população fixa, nem quaisquer instituições minimamente estáveis. Em cada navio existia, decerto, uma hierarquia bastante rígida, assim como severas condições de disciplina, impostas pelas necessidades de defesa face às condições ambientais. Mas, por ocasião de reuniões informais de várias embarcações, como acontecia em Lampacau, face à inexistência de um poder legalmente constituído – emanando directa ou

indirectamente da Coroa lusitana —, não seriam raros os conflitos entre diversos fidalgos, a propósito dos respectivos merecimentos. A instituição da capitania-mor da viagem do Japão veio resolver o problema parcialmente, uma vez que o capitão permanecia no litoral da China durante alguns meses, o tempo indispensável à realização dos negócios e à chegada da monção apropriada. Porém, de uma forma geral, os primeiros anos da presença portuguesa em Lampacau, e depois em Macau, foram vividos quase totalmente à margens do Estado da Índia, demasiado longínquo para poder exercer qualquer espécie de controlo. A iniciativa nos mares da China pertencia sobretudo aos mercadores e aos aventureiros lusitanos.

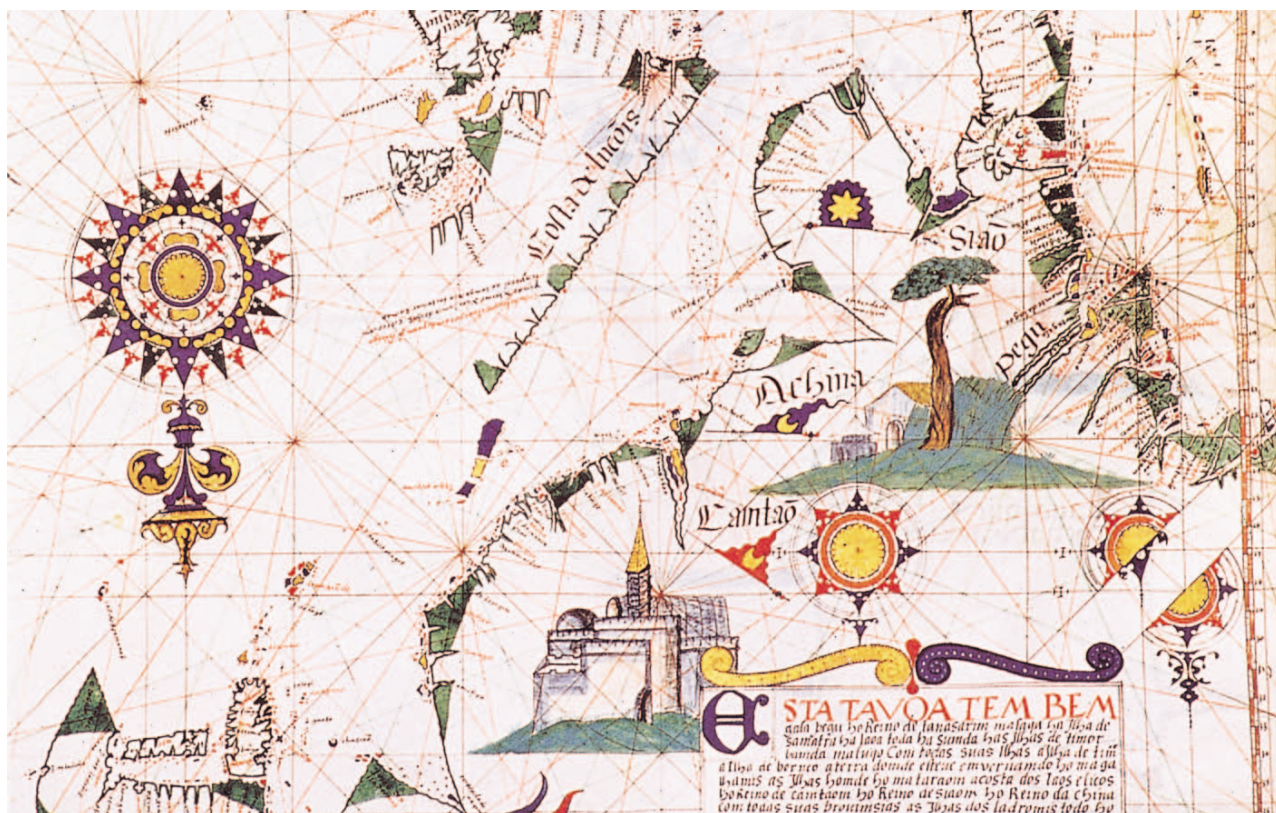
## CONSOLIDAÇÃO DE UM ENTREPOSTO PORTUGUÊS

Os mareantes portugueses, finalmente, por razões que permanecem um tanto obscuras, foram autorizados a estabelecer uma base provisória na península de Macau. Alguns documentos chineses sugerem que a permissão teria sido concedida pelo aítão<sup>32</sup> Wang Bo em 1553, a troco de valiosos presentes oferecidos pelos portugueses, então comandados por Leonel de Sousa. Os estrangeiros, segundo parece, alegaram que as mercadorias transportadas a bordo dos seus navios se haviam molhado durante uma tempestade, pelo que necessitavam de um lugar apropriado, nas proximidades de Cantão, para as poderem secar convenientemente, antes de concretizarem as transacções habituais. À sombra deste pretexto, os portugueses tinham conseguido assentar uma base em terra firme, depois de meio século de infrutíferas tentativas.<sup>33</sup> Nenhuma fonte portuguesa confirma esta versão, muito embora Fernão Mendes Pinto, na *Peregrinação*, refira um episódio semelhante, que alegadamente teria ocorrido tempos antes, noutro ponto da costa chinesa.<sup>34</sup>

Dois anos mais tarde, em 1555, de acordo com os testemunhos de Mendes Pinto e do padre Melchior Nunes Barreto, o ancoradouro de Macau era regularmente demandado pelos navios portugueses que se dirigiam a Cantão. Utilizado ao princípio de forma temporária, o porto macaense logo se transformou em base permanente dos mercadores lusitanos, ao menos desde 1557. Neste ano, com efeito, as autoridades chinesas, pela primeira vez, não forçaram os estrangeiros a abandonar os seus alojamentos provisórios. Desde



## HISTORIOGRAFIA



Carta do cartógrafo português Lazari Luís, 1563. Original na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

então, a pouco e pouco, o estabelecimento foi crescendo.

Por um lado, o calendário das viagens entre Malaca e o Japão obrigava os navegantes portugueses a escalas prolongadas no litoral da China. Em condições normais, uma embarcação largava de Malaca entre Abril e Agosto, para uma viagem de cerca de um mês, até às ilhas de Cantão. Esta escala era obrigatória, pois sem um bom carregamento de seda chinesa a continuação da jornada para o arquipélago nipónico seria de todo infrutífera, uma vez que os japoneses estavam sobretudo interessados na seda chinesa. Mas a monção da China para o Japão durava de finais de Maio a finais de Julho, o que tornava geralmente inviável a realização de todo o trajecto entre Malaca e as ilhas japonesas num mesmo ano. Assim, impunha-se uma escala técnica de cerca de dez meses nos portos sínicos. Em Maio ou Junho do ano imediato, os navios podiam largar de Lampacau, ou de Macau, rumo ao Japão, para uma curta viagem de cerca de duas semanas. O regresso ao litoral chinês das embarcações carregadas de prata nipónica, muito cobiçada na China, tinha lugar entre Setembro e Março, seguindo-se nova espera na Baía de Cantão, pois a monção propícia para a estirada final até Malaca

soprava de Outubro a Fevereiro. Nestas condições, atendendo ao elevado número de navios envolvidos no tráfico luso-sino-nipónico, haveria sempre, durante todo o ano, um importante núcleo populacional em Lampacau primeiro, mais tarde em Macau.

Por outro lado, a existência de um aglomerado português no litoral do Celeste Império atrairia, inevitavelmente, a população chinesa dos arredores. Lampacau era uma ilha, de acesso algo complicado; mas Macau, situada numa península, permitia contactos mais frequentes com as populações do vizinho distrito de Xiangshan. O abastecimento regular de víveres essenciais à sobrevivência estava garantido, assim como o recrutamento de uma multidão de serviçais, para o desempenho das mais variadas tarefas. Os portugueses que circulavam pelos mares da China tinham-se especializado no transporte de mercadorias e na prestação de serviços militares, menosprezando todas as actividades directamente produtivas. Assim, em qualquer ponto do litoral asiático onde se estabelecessem, ficavam inteiramente dependentes da economia local, em termos de aquisição de produtos alimentares e de outros bens de primeira necessidade.

## HISTORIOGRAPHY

Uma vez contornada a oposição das autoridades cantonenses, através do pagamento regular de direitos aduaneiros, e também da generosa distribuição de presentes, nada obstava ao funcionamento regular das trocas comerciais, com o consequente crescimento do entreposto português. As escassas referências documentais aos primeiros anos da vida de Macau sugerem, sem qualquer equívoco, que os mandarins de Cantão autorizaram os portugueses a permanecer naquele ancoradouro fora do período normal das trocas comerciais.<sup>35</sup> Assim, estes últimos limitaram-se a aproveitar as facilidades que lhes eram concedidas.

O governo provincial procedera a uma avaliação muito realista da situação, concluindo, aparentemente, que o tráfico com os *fulangjis* traria grandes benefícios à economia das regiões costeiras. Em primeiro lugar, os portugueses poderiam fornecer aos mercados locais quantidades significativas de valiosos produtos, como a pimenta e o incenso, de que sempre havia grande carência. Depois, o tráfico comercial geraria novos rendimentos para as alfândegas cantonenses, uma vez que havia sido estabelecido um acordo nesse sentido. Em terceiro lugar, os estrangeiros podiam escoar regularmente enormes quantidades de sedas, porcelanas e outras produções chinesas típicas, que eram adquiridas – outra vantagem — a troco de prata japonesa. Em seguida, o estabelecimento dos estrangeiros na Baía de Cantão contribuiria para a dinamização económica da zona, uma vez que o seu entreposto estaria completamente dependente do *hinterland*, em termos de abastecimentos. Finalmente, e este argumento também terá pesado, não era invulgar encontrar a bordo dos navios portugueses mercadorias raras e preciosas como a âmbar, que eram objecto de uma ávida procura entre as camadas sociais mais favorecidas, e inclusivamente na própria corte imperial.<sup>36</sup>

No que respeita a questões de segurança, a fixação dos portugueses em Macau também só podia trazer vantagens para as autoridades cantonenses, pois os estrangeiros eram concentrados numa área circunscrita, fácil de vigiar, em vez

de calcorrearem, sem quaisquer restrições, extensas zonas do litoral. A movimentação de homens, de navios e de mercadorias poderia ser mais facilmente controlada, ao mesmo tempo que os contactos entre a população chinesa e os estrangeiros eram reduzidos ao mínimo indispensável.

A mudança de Lampacau para Macau foi gradual, e não terá alterado significativamente a orgânica das trocas ou a natureza precária da presença portuguesa. Em 1557, o capitão-mor da viagem do Japão foi Francisco Martins, que comandava uma nau de Francisco Barreto, governador da Índia.<sup>37</sup> É provável que não tenha ainda estacionado em Macau, pois a autorização para ancorar naquele porto era ainda demasiado recente.<sup>38</sup>

O mesmo se teria passado no ano seguinte, com a nau de Leonel de Sousa.<sup>39</sup> O capitão algarvio, poucos anos depois de ter chegado a um acordo com os mandarins de Cantão, regressava ao litoral chinês, cumprindo finalmente uma mercê régia já antiga, que recebera em 1546 do monarca lusitano.<sup>40</sup> Juntamente com o capitão-mor, seguiu do litoral chinês para o Japão um navio de Guilherme Pereira,<sup>41</sup> irmão de Diogo Pereira, que por esses anos eram dois dos mais regulares, e abastados, frequentadores dos mares da China.

Os negócios efectuados em Hirado, nesse ano, foram excepcionais, pois Leonel de Sousa escreveria mais tarde que viera “de lá com cinquenta mil cruzados”, enfadado “de ser rico”. Porém, a jornada teria um desfecho trágico, já que o capitão algarvio, no caminho entre os portos chineses e Malaca, viria a naufragar “no meio do golfo da China”, numa “baixa



Desenho de Malaca incluído no manuscrito das *Lendas da Índia* do cronista português Gaspar Correia (cerca de 1563). Original no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa.



## HISTORIOGRAFIA

e desastrosa perdição”.<sup>42</sup> O padre Baltasar Gago, meses mais tarde, faria referência ao naufrágio desta nau, “antes que passasse a costa da China”,<sup>43</sup> não identificando embora o exacto local da perdição. Todavia, um livro de marinharia um pouco mais tardio indica com toda a precisão “os baixos onde se foi perder Leonel de Sousa”, que correspondem aos chamados ilhéus do Parcel,<sup>44</sup> extensa faixa de ilhotas e recifes, muito temidos pela navegação da época, e situados na zona central do Mar da China Meridional. O desastre ocorrido com a nau do capitão algarvio ganhou posteriormente alguma celebridade, pois sugeriu-se que um dos seus passageiros seria o célebre poeta Luís de Camões, que por esses anos andava também pelos mares do Oriente.<sup>45</sup> De qualquer modo, o capitão-mor conseguiu salvar-se “numa pequena barca com vinte e três pessoas”, chegando eventualmente ao porto de Malaca,<sup>46</sup> de onde seguiu para a Índia, onde já se encontrava em 1560.

Leonel de Sousa comenta, a propósito da sua viagem, que “o interesse deste negócio” reside única e exclusivamente na capitania da “nau das drogas”. Quanto ao “nome de capitão-mor”, naquelas longínquas paragens “não tem mais que o eco e trabalhos”, sem nenhum proveito, “pela disposição da terra e tempestades”.<sup>47</sup> Este capitão, de facto, sofrera na pele as inclemências da natureza; mas a referência à “disposição da terra” é mais enigmática. Tratar-se-ia de uma menção velada ao ambiente de anarquia institucional que se vivia nas ilhas de Cantão? Leonel de Sousa confirma que o cargo de capitão não trazia qualquer vantagem, ou seja, não vencia salário, sendo apenas uma distinção formal. Assim, não é de espantar que os fidalgos agraciados com a mercê da viagem do Japão se preocupassem exclusivamente com o trato das drogas e especiarias, do qual lhes viria todo o proveito da jornada, menosprezando os “trabalhos” da capitania.<sup>48</sup>

Os silêncios da documentação a respeito de Macau não deixam de ser significativos, indiciando que por estes anos o novo entreposto não adquirira ainda uma importância especial. Manteria, decerto, as características de anteriores estabelecimentos lusitanos naquelas longínquas paragens, simples aglomerados de cabanas temporárias, onde, no intervalo de demoradas viagens marítimas, se acumulavam homens e mercadorias, e também moças da terra, compradas às famílias mais pobres da região.<sup>49</sup> Macau era ainda uma povoação de fronteira, num longínquo recanto do

litoral do Celeste Império, mantida pela energia e força de vontade de aventureiros e mercadores portugueses, que haviam sabido respeitar, e virar a seu favor, as rigorosas imposições da burocracia chinesa.

A rota do Japão adquiriu rapidamente uma regularidade institucional, e, embora se desconheçam os alvarás que concedem muitas das respectivas mercês, a documentação jesuíta permite traçar uma cronologia bastante rigorosa das sucessivas viagens.<sup>50</sup> Por estes anos, o tráfico luso-nipónico tornara-se extraordinariamente rentável, “pelas grandes guerras” que os japoneses tinham com o Celeste Império.<sup>51</sup> Em 1555, um missionário jesuíta escrevia que “alguns reis da costa de Japão faziam grandes armadas contra os governadores das cidades marítimas” chinesas.<sup>52</sup> Referia-se, sem dúvida, às incursões depredadoras dos *wokou* — os bandos de piratas que assolavam o Mar do Sul da China —, que se tinham multiplicado, sobretudo no litoral das províncias de Fujian e de Zhejiang.<sup>53</sup> Na própria região de Cantão, os chineses tinham armado poderosas frotas, para fazerem face às ameaças colocadas pela pirataria.<sup>54</sup> Assim, entre o Japão e a China “não corriam mercadores e estavam os portos cerrados”.<sup>55</sup>

Os portugueses, perante as autoridades sínicas, tinham conseguido dissociar-se das actividades destes bandos de salteadores, assumindo um estatuto de relativa autonomia.<sup>56</sup> Deste modo, graças à manutenção de uma posição de rigorosa neutralidade, podiam desempenhar o papel de intermediários no tráfico entre o arquipélago nipónico e o continente fronteiro. Aparentemente, a normalização das relações luso-chinesas na área de Cantão, depois de 1554, contribuíra para aí atrair todas as embarcações portuguesas que circulavam pelos mares da Ásia Oriental. Ao fim e ao cabo, mesmo tendo em conta o pagamento de direitos alfandegários, o comércio legal apresentava muito menos riscos, e uma maior margem de proveito, do que qualquer forma de contrabando.

As ligações regulares entre Malaca e a Baía de Cantão, por um lado, e entre o arquipélago nipónico e os portos chineses, por outro, contribuirão, como veremos, para o fulgurante crescimento de Macau.<sup>57</sup> Em meados de 1559, o capitão-mor Rui Barreto passou pelo litoral cantonense, onde regressou alguns meses mais tarde, depois de uma viagem a Hirado.<sup>58</sup> Os alvarás oficiais, segundo parece, não instituíam qualquer monopólio, pois os navios de mercadores

## HISTORIOGRAPHY

privados continuam a demandar a Terra do Sol Nascente, como é o caso de um junco de Guilherme Pereira, que nesse mesmo ano viajou até Bungo.<sup>59</sup> Em 1560, dois juncos capitaneados por Manuel de Mendonça, sobrinho de João de Mendonça, foram ao Japão.<sup>60</sup> Ainda no mesmo ano de 1560, há notícias de outra viagem privada aos portos nipónicos, realizada por um tal Aires Botelho.<sup>61</sup>

Nestes primeiros anos, detectam-se duas linhas de rumo no comércio luso-nipónico.<sup>62</sup> Por um lado, a viagem do Japão, concedida anualmente pela Coroa lusitana, ou por alguns dos seus representantes no Oriente, ganha uma certa continuidade, estabelecendo ligações regulares entre os portos do Indústão e as remotas ilhas japonesas. Os primeiros beneficiados, Francisco Martins, Leonel de Sousa, Rui Barreto e Manuel Mendonça, parecem pertencer aos círculos mais próximos dos governadores da Índia ou dos capitães de Malaca. Por outro lado, Macau começa a manter relações autónomas com o Japão, através de viagens efectuados por mercadores portugueses ali estabelecidos desde a primeira hora, como Guilherme Pereira e Aires Botelho. Ambos os circuitos favorecem o jovem entreposto luso-chinês, que não pára de crescer, pois em 1560 já ali viviam permanentemente cerca de “quinhentos ou seiscientos portugueses”.<sup>63</sup>

Entretanto, uma informação enviada do Oriente pelo padre Baltasar Gago em 1562 fazia uma menção explícita a “Lampacau, que os anos passados era porto de veniaga”.<sup>64</sup> Esta afirmação prova, sem qualquer margem para dúvidas, que em 1561 ou 1562 o porto da veniaga já não se situava em Lampacau, mas havia sido transferido para Macau. Ou seja, escassos quatro ou cinco anos após a concessão da autorização para se estabelecerem no continente, os portugueses já centravam as suas actividades mercantis no ancoradouro macaense, em detrimento de quaisquer outros estabelecimentos localizados nas ilhas da Baía de Cantão.

A posição estratégica deste último porto, com ligação directa à terra firme, e a curta distância de Cantão, sobrepusera-se a quaisquer outras considerações, nomeadamente no domínio da segurança.

## PIRATARIA CHINESA NA BAÍA DE CANTÃO

Uma persistente tradição historiográfica, que parece remontar a uma obra seiscentista do padre Álvaro Semedo, atribui a génese de Macau a um episódio de luta contra um bando de piratas que assolava a região de Cantão. Os mandarins cantonenses, impotentes para fazer face ao crescimento desenfreado da pirataria, teriam solicitado o auxílio dos portugueses de Sanchoão, os quais, graças à terrível eficácia do seu armamento pesado, resolveriam rapidamente o problema. Como recompensa pela ajuda prestada, as autoridades sónicas haviam permitido o estabelecimento permanente dos estrangeiros na península de Macau, no local onde



Frontispício do *Tratado das cousas da China* do dominicano português frei Gaspar da Cruz, impresso em Évora em 1570.

anteriormente se alojavam os piratas.<sup>65</sup>

Esta versão dos acontecimentos, apesar de ter alcançado enorme difusão,<sup>66</sup> de modo algum é confirmada pelas fontes quinhentistas, como tivemos ocasião de verificar. Depois de 1554, data do acordo de Leonel de Sousa com o aité Wang Bo, os mercadores portugueses transferiram os seus negócios de Sanchoão para Lampacau, com o expresse conhecimento dos mandarins chineses. Em 1555 já escalavam Macau durante as viagens periodicamente efectuadas ao porto de Cantão; e dois anos mais tarde estavam estabelecidos na península macaense, sempre com o beneplácito das autoridades locais. As mudanças de base foram realizadas de forma gradual, sem grandes sobressaltos. Assim,

## HISTORIOGRAFIA

durante os primeiros anos da presença portuguesa em Macau, não há quaisquer notícias de recontros com piratas chineses na região do delta do rio das Pérolas.

O episódio do combate contra os piratas, na realidade, teve lugar em 1564, como o comprovam várias cartas então escritas de Macau e de Cantão por missionários jesuítas,<sup>67</sup> assim como um extenso relatório preparado por João de Escobar, secretário da fracassada embaixada de Gil de Góis a Pequim.<sup>68</sup> No início desse ano, com efeito, “uma armada d’el-rei da China” que regressava a Cantão, depois de uma expedição punitiva contra a pirataria que assolava determinadas regiões costeiras, amotinou-se contra os mandarins cantonenses, por questões relacionadas com atrasos no pagamento de salários.<sup>69</sup> As tropas revoltosas, depois de conseguirem derrotar várias expedições enviadas em sua perseguição, semearam a destruição por toda o litoral, chegando mesmo a assaltar a ribeira de Cantão e “parte do arrabalde que estava junto [a] ela”. A determinada altura, os amotinados tentaram entrar no “nosso porto”, com intenção de “desembarcar nele e queimar a povoação e roubarem-na e matar os portugueses”.<sup>70</sup> Porém, confrontados com uma tenaz “resistência” da parte das “embarcações dos portugueses”,<sup>71</sup> retiraram-se para a povoação de “Tãoçoão”, desistindo do assalto a Macau.<sup>72</sup> A partir daquela localidade, que distava uma “jornada de um dia de Cantão”, intensificaram os ataques à grande metrópole chinesa.<sup>73</sup> Nesta conjuntura, o embaixador Gil de Góis, juntamente com o capitão-mor do estabelecimento lusitano, que então era Diogo Pereira, ofereceram os seus préstimos aos mandarins provinciais, uma vez que, através da utilização criteriosa da artilharia dos seus navios, poderiam resolver expeditamente o problema.<sup>74</sup>

Durante alguns meses, as tropas chinesas revoltadas, a bordo de embarcações de guerra, rondaram as ilhas da embocadura do rio das Pérolas, tentando capturar os navios portugueses que demandavam Macau, oriundos de diversos portos do Sudeste Asiático. Em princípios de Julho, a nau de Luís de Melo da Silva, que vinha da ilha de Java, foi atacada por uma frota de juncos ligeiros, mas sem grandes resultados, pois, como vinha “bem artilhada” e com “a gente aparelhada para se defender”, conseguiu aportar a salvamento ao seu destino.<sup>75</sup> Semanas mais tarde, a nau de D. João Pereira, que nesse ano capitaneava a viagem do Japão,<sup>76</sup> foi igualmente atacada pelos piratas chineses, que no entanto foram repelidos às bombardadas.<sup>77</sup>

As tropas amotinadas, perante estes insucessos, concentraram nove dos seus juncos, “mui grandes e muito bem consertados com muitas munições”, nos arredores de Cantão, multiplicando os ataques aos subúrbios da cidade e à navegação de cabotagem que para ela se dirigia,<sup>78</sup> “recebendo os mercadores muita perda”.<sup>79</sup> Os mandarins chineses, numa atitude perfeitamente inesperada, decidiram aceitar o auxílio que lhes havia sido proposto pelos portugueses de Macau. Um dos jesuítas que então estanciava naquele estabelecimento comentou, com espanto, que tal coisa “nunca este reino quis consentir de nenhuns estrangeiros”, e muito menos de portugueses, “pela grande conta” em que se tinha de reino “poderoso e por si para tudo suficiente”.<sup>80</sup>

De facto, a decisão das autoridades chinesas não deixa de ser surpreendente, sobretudo pelo seu ineditismo. Pela primeira vez, os regedores de Cantão mostravam-se declaradamente impotentes para resolver uma situação de crise interna, recorrendo, em desespero de causa, ao apoio militar dos bárbaros *fulangjis*. Segundo parece, a revolta de uma das unidades da defesa costeira do Guangdong colocara a grande metrópole meridional em apuros, uma vez que não dispunha de meios de resposta imediatos.<sup>81</sup> O conhecimento, e a anterior experiência, das capacidades militares dos portugueses sugerira ao governo provincial a solução óbvia: alistar os estrangeiros como mercenários. Os habitantes de Macau, por um lado, dispunham de artilharia pesada e de armas de fogo ligeiras, tendo demonstrado repetidamente uma enorme habilidade no respectivo manuseamento. Por outro lado, o seu recrutamento impediria a formação de qualquer tipo de aliança com os revoltosos, que só poderia ser lesiva para os interesses de Cantão.

Os mandarins enviaram recado a Macau, fazendo saber que o auxílio oferecido por Diogo Pereira havia sido aceite.<sup>82</sup> O rico mercador português, respeitando a hierarquia, remeteu o assunto para D. João Pereira, que desempenhava agora as funções de capitão-mor da povoação. A gente de maior “qualidade” que estanciava naquele estabelecimento, reunida em conselho, decidiu por unanimidade acorrer à solicitação do governo provincial, demonstrando que soubera avaliar devidamente as implicações estratégicas de toda a situação. Três razões pesaram na decisão dos portugueses, de acordo com o relato coevo do padre Francisco Pérez. Em primeiro lugar, como estrangeiros



## HISTORIOGRAPHY

em terra alheia, os portugueses deviam providenciar todo o apoio que lhes fosse solicitado pelos governantes locais. Depois, a destruição dos “ladrões” era um assunto que interessava igualmente aos mercadores lusitanos, que viam os seus negócios prejudicados pela actuação dos revoltosos, já que as ligações com Cantão estavam interrompidas. Por último, uma resposta positiva ao apelo dos mandarins permitiria contrair “maior amizade com eles”,<sup>83</sup> esbatendo a sua tradicional desconfiança em relação aos portugueses.<sup>84</sup>

Uma vez acordada a intervenção das gentes de Macau, o *chumpim*, ou “capitão-mor do mar de Cantão”, veio à povoação com “cinco velas grossas e sete miúdas”, para recolher os voluntários portugueses. A comunidade macaense organizou-se rapidamente, e em escassos dias “se fizeram prestes obra de duzentos e cinquenta ou trezentos portugueses mui bem armados”, que embarcaram a sua artilharia a bordo dos juncos chineses. A expedição foi dividida em dois grupos, um comandado por Diogo Pereira, que correria a orla litoral nos juncos de maior porte; o outro capitaneado por Luís de Melo, que nas “velas miúdas” rumaria à cidade de Cantão, “por dentro do rio”.<sup>85</sup>

Aparentemente, o caso era menos grave do que se poderia supor, pois, numa campanha rapidíssima, as forças portuguesas derrotaram estrondosamente os piratas chineses.<sup>86</sup> O efeito surpresa parece ter jogado um importante papel, uma vez que os revoltosos não esperavam encontrar gente e armas lusitanas a bordo dos juncos da marinha imperial. Como escreve o irmão André Pinto, “só a vista dos cristãos bastou para os desbaratar e desfazer”, porque, ao constatarem que “nos navios iam portugueses”, renderam-se em massa às autoridades cantonenses.<sup>87</sup> De acordo com outro testemunho, os juncos capturados eram “mui grandes como grandes naus”; mas os expedicionários portugueses impuseram-se pela sua reputação de homens de armas, tomando-os a todos, “sem ferir nem perigar coisa nossa, em meia hora”.<sup>88</sup>

A fulgurante vitória portuguesa parece ter causado uma impressão muito favorável nas autoridades de Cantão. Pelo menos, essa é a opinião dos missionários jesuítas que testemunharam todo o episódio. André Pinto afirma que “eles ficaram tão espantados” que “se lhes dobrou o bom crédito dos nossos”.<sup>89</sup> Quanto ao padre Francisco Pérez, confirma esta apreciação, colocando mesmo na boca do *chumpim* palavras altamente elogiosas em relação aos

portugueses: “bendito se pode chamar o rei que tais vassallos tem”.<sup>90</sup> Entretanto, o auxílio prestado aos chineses na redução da guarnição revoltada parece ter reforçado sobremaneira a precária situação do estabelecimento de Macau, pois os portugueses, distanciando-se dos revoltosos, e colaborando activamente no combate aos elementos ilegais, impunham-se por fim como uma força autónoma. Os *fulangjis*, distinguindo-se completamente dos *wokou*, apareciam como um grupo maleável em extremo, disposto a aceitar as exigências dos mandarins, a troco de simples concessões mercantis. A sua presença no litoral da China parecia agora reunir amplas vantagens para os poderes provinciais.

## O PORTO DO NOME DE DEUS

A partir de então, a povoação de Macau, alimentada por um incessante tráfico marítimo com grande número de regiões do Mar do Sul da China, crescerá a bom ritmo. O episódio dos piratas viera consolidar a situação dos portugueses, que se impunham agora às autoridades de Cantão como vizinhos pacíficos e prestáveis. A conjugação de interesses luso-chineses produzira, aparentemente, a situação ideal para ambas as partes. Os estrangeiros dispunham de uma base segura para as suas viagens entre Malaca e o Japão, e faziam os seus negócios, pagando os respectivos direitos e lubrificando os mecanismos negociais com avultadas peitas.<sup>91</sup> Os mandarins cantonenses, através da concessão de Macau, tinham delimitado a presença estrangeira a uma área muito restrita, fácil de controlar. Simultaneamente, dinamizavam a economia local, cobravam taxas alfandegárias e obtinham livre acesso a um suprimento inesgotável de mercadorias raras e valiosas, oriundas do Sudeste Asiático e da Terra do Sol Nascente.<sup>92</sup>

Em 1564, viviam em Macau cerca de “oitocentos ou novecentos portugueses”, segundo informação de um missionário ali residente.<sup>93</sup> No ano seguinte, os responsáveis da Companhia de Jesus despachavam o padre André Fernandes para aquelas partes, para, juntamente com o padre Manuel Teixeira e o irmão André Pinto, dar assistência religiosa aos “mercadores portugueses que sempre são muitos”.<sup>94</sup> Mas, durante algumas semanas, entre a partida dos navios para o Japão e a chegada da frota de Malaca, a população diminuía consideravelmente. Poucos anos mais tarde,

## HISTORIOGRAFIA

em 1568, quando o capitão-mor Tristão Vaz Teixeira ali foi forçado a invernar, haveria “na povoação menos de cento e trinta portugueses”.<sup>95</sup> Esta última informação, todavia, da responsabilidade de um homem que nunca visitou o Oriente, não merece inteira confiança, pois ter-se-á baseado em algum lapso.

Mais fidedignas são certamente as notícias do padre Manuel Teixeira, que, depois de residir durante quatro anos em Macau adiantava em 1568 que ali viveriam continuamente “cinco ou seis mil almas cristãs”, incluindo portugueses, “gente que consigo trazem” e “chinas naturais”.<sup>96</sup> Entre esta gente, segundo parece,

*O episódio dos piratas viera  
consolidar a situação  
dos portugueses, que se impunham  
às autoridades de Cantão como  
vizinhos pacíficos e prestáveis.  
A conjugação de interesses  
luso-chineses produzira,  
aparentemente, a situação ideal  
para ambas as partes.*

encontravam-se numerosas mulheres, pois qualquer um dos mercadores portugueses se fazia normalmente acompanhar por várias escravas, adquiridas em portos do Sudeste Asiático. Os missionários jesuítas tentaram regularizar a situação moral da nova povoação, embarcando para a Índia mais de seiscentas asiáticas, entre as quais estavam “duzentas, que eram as mais íntimas no amor e mais dificultosas de lançar fora”.<sup>97</sup> Muita razão teria um homem honrado que passou por Macau nesses anos, e que dali escrevia que “não há quem possa desapegar-se de cá, e isto digo pelos homens que nesse Reino têm obrigação de mulheres e filhos”.<sup>98</sup>

A povoação compunha-se então, exclusivamente, de casas de madeira, as únicas que “os chins permitem ter aos portugueses”.<sup>99</sup> Ainda ali não existia qualquer fortaleza ou muralha, uma vez que os mandarins cantonenses não permitiam a construção de edifícios em pedra.<sup>100</sup> Esta imposição talvez se explique pelo facto de os chineses continuarem a atribuir àquele

estabelecimento um estatuto provisório. Os estrangeiros haviam sido autorizados a fundar um entreposto mercantil, mas continuavam em território da China, sem qualquer espécie de autonomia.<sup>101</sup> A igreja jesuíta, que deveria ser o maior edifício de Macau, embora fosse igualmente construída em madeira,<sup>102</sup> tinha provocado o protesto dos mandarins, que, pela sua imponência, a tinham associado a uma fortaleza. Porém, como diria mais tarde o padre Sebastião Gonçalves, “com boas razões e com peitas, que tudo acabam, ficaram quietos”.<sup>103</sup>

Em 1568, de acordo com uma fonte um pouco posterior, os portugueses de Macau haveriam de construir as primeiras fortificações, consolidando ainda mais a sua presença no território. Esta notícia é avançada por Gaspar Frutuoso, que refere que o capitão-mor Tristão Vaz Teixeira, que no ano anterior regressava do Japão, tinha perdido a monção para Malaca, sendo forçado a invernar no litoral chinês.<sup>104</sup> Por meados de Junho, a povoação foi cercada e atacada por uma armada de piratas chineses que assolavam as ilhas do litoral. Tristão Vaz, com um reduzido número de homens, e através de uma judiciosa utilização da artilharia, infligiu uma pesada derrota aos sitiados, que depois de vários dias de assédio foram obrigados a retirar com enormes baixas. O capitão-mor tivera o cuidado de travar os combates “fora da povoação, para que lha não queimassem”, porque esta era já “muito grande e mui espalhada”, com casas “de madeira e de palha”.<sup>105</sup>

Tristão Vaz ordenou mais tarde a construção de um muro de taipa com cerca de quinze palmos de altura e “quatrocentas braças de circuito”, de modo a precaver o entreposto português contra futuros ataques de piratas, que, aparentemente, continuavam activos no litoral do Guangdong. Estas improvisadas fortificações, construídas em pouco mais de duas semanas pelos habitantes da povoação, incluíam ainda “quatro baluartes quadrados” e “uma cava por fora”.<sup>106</sup> Gaspar Frutuoso, com alguma surpresa, destaca que as obras tinham sido “consentidas dos mandarins da China”, os quais até então apenas com muito “trabalho e peitas” autorizavam os portugueses a construir “uma casa de palha”.<sup>107</sup>

Este novo episódio de luta contra piratas chineses, tanto quanto se consegue apurar, não é confirmado por outras fontes coevas. Gaspar Frutuoso escreveu as *Saudades da Terra* na fase final da sua vida, entre 1580 e 1591, quando residia numa das ilhas dos Açores, deixando o manuscrito inédito.<sup>108</sup> A obra pretendia reconstituir, de forma documentada, a

## HISTORIOGRAPHY

história da Madeira, dos Açores e das Canárias, debruçando-se nomeadamente sobre a vida dos capitães desses arquipélagos atlânticos. A concessão da capitania do Machico a Tristão Vaz da Veiga, em 1582, justificava certamente a inclusão de um panegírico deste fidalgo na obra do conhecido cronista.<sup>109</sup> Teria Gaspar Frutuoso obtido algum relato fornecido pelo próprio capitão-donatário, que assumiu o cargo em 1585? É uma hipótese que talvez mereça alguma consideração, pois, por um lado, o ilustre açoriano juntou uma considerável biblioteca, com mais de quatrocentos volumes, enquanto, por outro lado, a letra do manuscrito do panegírico difere bastante da caligrafia do próprio Gaspar Frutuoso.<sup>110</sup> A relação dos feitos do capitão do Machico, na parte que toca à China, revela um conhecimento muito apurado das condições de vida dos portugueses nessas paragens, derivando certamente de um ou mais testemunhos vivenciais. Para completar o panegírico, Gaspar Frutuoso transcreveu ou adaptou trechos inteiros da *História dos cercos de Malaca*, obra que descreve acontecimentos ocorridos nesta praça entre 1574 e 1575, enquanto ali governava o mesmo Tristão Vaz da Veiga.<sup>111</sup>

De qualquer modo, as notícias fornecidas pelas *Saudades da Terra* parecem confirmar que, por volta de 1568, pouco mais de uma década após a sua fundação, a povoação de Macau crescia aceleradamente, graças ao tráfico luso-nipónico, por um lado, e à benevolência dos mandarins de Cantão, por outro. Os portugueses tinham sabido fazer-se aceitar pelos chineses, sobretudo através da prestação de serviços essenciais, tais como o fornecimento de mercadorias raras e o auxílio na manutenção da ordem marítima. O rápido desenvolvimento de Macau, aliado ao extraordinário crescimento das missões cristãs no Japão,<sup>112</sup> justificavam mesmo a nomeação de um bispo para aquelas remotas partes. O padre Melchior Carneiro, despachado da Índia por directa intervenção da Coroa lusitana, chegaria a Macau em Junho de 1568, começando de imediato a desenvolver intensa actividade proselitica.<sup>113</sup>

A partir de então, o Bispo passaria a ter uma intervenção directa, embora informal, no governo daquele estabelecimento,<sup>114</sup> juntamente com o capitão-mor da viagem do Japão, uma vez que Macau não dispunha ainda de autoridades municipais. Mas, entretanto, este entreposto do litoral cantonense ganhara uma tal importância económica, através do

tráfico de sedas, cobre, “ouro, almíscar, porcelana e outras coisas”, que começavam a surgir na Índia ideias distintas a propósito da sua gestão.<sup>115</sup> Ainda no ano de 1568, um alto funcionário da administração luso-indiana sugeria ao monarca português que “em Macau havia de estar capitão ordinariamente, para fazer justiça às partes, e para fazer vir fazendas para a Índia”.<sup>116</sup>

Esta sugestão, porém, demoraria ainda muitos anos a ser posta em prática, e Macau, apesar do seu fulgurante crescimento, continuaria a ser um entreposto de fronteira, à margem dos interesses mais imediatos do Estado da Índia. A povoação era gerida através de improvisadas alianças e compromissos entre os capitães do Japão, que se sucediam anualmente, mais preocupados com a salvaguarda dos seus próprios bens, e os mercadores residentes, que cuidavam sobretudo da perpetuação do Porto do Nome de Deus.<sup>117</sup> Em 1568, segundo parece, esta associação de interesses tinha-se materializado na instituição de um pagamento de “um certo tanto cada ano”, que seria efectuado por todos os “navios que viessem ao porto”, para manutenção das muralhas já construídas e também de um “depósito de pólvora e munições para o que fosse necessário”.<sup>118</sup>

Pouco mais se consegue apurar na documentação ibérica coeva sobre a fundação de Macau. O carácter precário daquele estabelecimento, assim como a natureza privada dos negócios que ali se efectuavam, eram condições que não encorajavam a manutenção de registos escritos. Apenas a Companhia de Jesus mantinha o

Garrafa de porcelana chinesa de Jorge Álvares, 1552. Original no Museu do Caramulo, Portugal.





## HISTORIOGRAFIA

hábito de documentar com algum rigor as andanças dos seus membros. Mas, lamentavelmente, os missionários estavam mais preocupados com as suas próprias actividades religiosas do que com os eventuais compromissos assumidos pelos mercadores portugueses, com vista a uma estável permanência na península macaense. A povoação, insensivelmente, foi ganhando raízes, adquirindo uma importância crescente, sem que os seus habitantes fixos ou temporários se preocupassem demasiado com o estatuto territorial de Macau.

Fontes mais tardias permitem esclarecer que os portugueses, praticamente desde os seus primeiros momentos em Macau, pagaram aos mandarins de Cantão os “direitos ou ancoragens” estabelecidos. Mas, além disso, entregavam anualmente uma “certa quantidade de prata”, a qual era conhecida por “peita do aítão”, pois era recolhida em proveito próprio por esse alto funcionário, que tinha a seu cargo as relações com os *fulangjis*.<sup>119</sup> Em 1571, quando os mercadores lusitanos se dirigiram à grande cidade chinesa para liquidarem a peita anual, um jurubaça cristão chamado Pêro Gonçalves teria inadvertidamente declarado ao aítão que os habitantes de Macau vinham trazer “os quinhentos taéis que paga a cidade de foro”. Como todos os membros do conselho de Cantão assistiam à cerimónia, aquele mandarim foi forçado a aceitar o foro de Macau, para que não se descobrisse que anteriormente recebera subornos dos estrangeiros.<sup>120</sup> A partir de então, o pagamento anual de quinhentos taéis de prata parece ter-se institucionalizado, como renda “pelo chão e terras que ocupa” a povoação lusitana.<sup>121</sup> Os portugueses, graças à liquidação dos direitos alfandegários exigidos pelas autoridades cantonesas, devidamente complementados pelo pagamento de informais direitos de residência, asseguraram a sua presença em Macau nos anos que se seguiram a 1557. Fontes documentais um pouco mais tardias confirmam que a posição dos macaenses continuou instável durante muitos anos, baseando-se num estrito cumprimento das exigências dos mandarins. Estes, como desde sempre ficara bem claro, podiam a qualquer momento cortar o abastecimento de víveres à cidade e revogar a autorização de residência excepcionalmente concedida aos *fulangjis*.<sup>122</sup>

## CONCLUSÃO

Em 1557, menos de três anos depois do primeiro acordo firmado por Leonel de Sousa, que inaugurara a

idade do compromisso nas relações luso-chinesas, os portugueses estavam estabelecidos na península de Macau. A manutenção de uma base lusitana em território do Celeste Império deve ser entendida, sem dúvida, como uma conquista dos mercadores e aventureiros portugueses, que conseguiram adquirir um estatuto de interlocutores credíveis face às autoridades da vizinha metrópole de Cantão. Todavia, Macau é também uma invulgar concessão dos mandarins cantoneses, que, numa atitude perfeitamente inédita, consentiam o estabelecimento de uma povoação de estrangeiros no interior das fronteiras imperiais.

Por volta de 1583, os portugueses estavam firmemente implantados no litoral da China, graças à cumplicidade de certos funcionários locais,<sup>123</sup> mas também com o aval tácito do poder central, já que o imperador Wan Li recebera repetidos memoriais da província de Guangdong a respeito dos *fulangjis*.<sup>124</sup> Por esses anos, segundo parece, a povoação luso-chinesa adquirira já um estatuto de relativa autonomia perante o governo provincial. O *Livro das Cidades e Fortalezas*, preparado no ano anterior, declarava que ali existia “uma povoação grande de portugueses”, onde residiam, a título permanente, “passante de dois mil vizinhos”.<sup>125</sup> De acordo com o anónimo autor, “posto que a terra seja d’el-rei da China”, aqueles regiam-se “pelas leis e ordenações deste reino de Portugal”.<sup>126</sup> Aliás, ainda nesse ano de 1583, os cidadãos macaenses formalizavam a sua relativa independência, elegendo um “governo de câmara e ministros dela”, que poucos anos mais tarde seria reconhecido por Filipe II de Espanha, que assumira também o trono de Portugal em 1581.<sup>127</sup> Este organismo municipal regeria os destinos da povoação até à nomeação do primeiro capitão geral, já bem entrado o século XVII.<sup>128</sup>

As relações mercantis com Cantão passavam certamente pela liquidação dos respectivos direitos alfandegários. Mas um documento coevo refere também que os portugueses pagavam “cada ano quinhentos taéis de prata de tributo”, em troca da autorização de residência.<sup>129</sup> Tratava-se, como vimos, do célebre foro-do-chão, que está devidamente atestado desde 1584, pelo menos. O mesmo relatório, que fora preparada por um feitor espanhol de visita a Macau, sublinhava que, nas suas visitas à grande metrópole vizinha, os portugueses se sujeitavam às maiores humilhações, em prol do bom andamento

do tráfico. Assim, durante as audiências com os mandarins negociavam “de joelhos”, sendo por vezes obrigados a “estar seis horas, assim ao sol, descapuçados”.<sup>130</sup>

Os habitantes de Macau, praticamente desde a fundação do entreposto, tiveram uma consciência muito nítida da precariedade da sua posição, que só se perpetuaria graças à boa vontade dos seus poderosos vizinhos. No fim de contas, a cidade não era auto-suficiente, e tinha de importar todos os bens de primeira necessidade das povoações circundantes. Qualquer

embargo posto em prática pelos mandarins chineses, colocaria imediatamente em risco a permanência dos portugueses na Baía de Cantão. É provável que os macaenses, como escrevia o governador das Filipinas com evidente azedume, pagassem “vilmente aos chins mil imposições”, estando-lhes “sujeitos como negros”.<sup>131</sup> Porém, esta atitude de subserviência era essencial à manutenção do estatuto de extraterritorialidade que a povoação havia adquirido, e que lhe permitiria, em anos seguintes, prosperar à sombra do tráfico com o Japão e com as Filipinas.<sup>132</sup> **RC**

## NOTAS

- 1 Todas as citações de fontes quinhentistas e seiscentistas, por razões didáticas, foram modernizadas.
- 2 Cf. Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.1.
- 3 A origem do nome *Macau* ainda não foi devidamente esclarecida. A tese mais divulgada aponta uma relação etimológica com o cantonense *Ma-Kong*, ‘porto da deusa *Ma* ou *A-Ma*’. Vd. G. N. Batalha, “Este nome de Macau”, *passim*.
- 4 De acordo com um documento de inícios do século XVII, a designação do “Nome de Deus” teria sido oficialmente atribuída a Macau em 1585, pelo Vice-rei D. Duarte de Meneses (cf. Rui Manuel Loureiro, “Visões da China”, pp.154-158). Em 1589, os cidadãos de Macau já datavam uma carta da “Cidade do Nome de Deus” (*Boletim da Filmoteca*, p.599).
- 5 Vd. estado da questão in Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, missionários e mandarins*, *passim*; e Jorge Santos Alves, *Um porto entre dois impérios*, *passim*.
- 6 Vd. Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.12.
- 7 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.12.
- 8 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.12.
- 9 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.12.
- 10 Gaspar da Cruz, *Tratado*, cap.29.
- 11 *Documenta Indica*, vol.3, p.364.
- 12 *Documenta Indica*, vol.3, p.152.
- 13 Gaspar da Cruz, *Tratado*, cap.1.
- 14 Gaspar da Cruz, *Tratado*, cap.1.
- 15 Gaspar da Cruz, *Tratado*, cap.28.
- 16 A expressão *Estado da Índia*, que se vulgarizou na segunda metade do século XVI, designava o vasto e disperso conjunto de estabelecimentos portugueses existentes no Oriente, que tinham a sua sede política e administrativa em Goa.
- 17 Gaspar da Cruz, *Tratado*, cap.23.
- 18 *Documenta Indica*, vol.3, p.529.
- 19 Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap.221, p.698. Macau é de facto uma península, embora não seja invulgar os documentos portugueses quinhentistas afirmarem que se tratava de uma ilha.
- 20 Talvez a complacência das autoridades cantonenses fosse obtida a troco de grossas *peitas*, como então se dizia; esta hipótese parece ser confirmada por documentação mais tardia, como adiante veremos.
- 21 Em 1555 o tráfico luso-chinês em Lampacau movimentava mais de trinta mil quintais de pimenta e um único navio trouxera cem mil cruzados de prata japonesa (cf. Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.2).
- 22 Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap.221, p.698.
- 23 Sobre as relações luso-chinesas antes da fundação de Macau, vd. Rui Manuel Loureiro, “Da passagem portuguesa pela China”, pp.428-456.
- 24 Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap.123, p.706.
- 25 Cf. *Archivo*, fasc.5, pt.2, p.538.
- 26 *Documenta Indica*, vol.4, p.99.
- 27 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.6.
- 28 *Documenta Indica*, vol.4, p.98. Chatim, do malaiala *chetti*, designava originalmente uma casta de mercadores do sul da Índia; os escritores portugueses quinhentistas utilizam também o termo para designar os soldados que abandonavam o serviço oficial para se dedicarem à mercancia.
- 29 *Documenta Indica*, vol.4, p.98.
- 30 *Documenta Indica*, vol.4, p.98.
- 31 *Documenta Indica*, vol.4, p.245.
- 32 *Aitão* (chinês *haidao fushi*): o comandante da guarda costeira, com jurisdição sobre os estrangeiros.
- 33 Vd. J.G. Pegado, “Um inquérito do Visconde de Santarém”, pp.141-160; e também K. C. Fok, *The Macao Formula*, pp.150-151.
- 34 Cf. Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap.60, p.171.
- 35 K. C. Fok refere um memorial chinês de 1564, que declara explicitamente que, poucos anos antes, os estrangeiros haviam sido autorizados a fundar um estabelecimento permanente em Macau (*The Macao Formula*, pp.74-76).
- 36 O padre Nunes Barreto, em 1555, tentara libertar alguns portugueses que se encontravam cativos em Cantão, oferecendo um pedaço de âmbar aos mandarins locais (cf. Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.2). Vd. o recente estudo de Jin Guoping & Wu Zhiliang, “Reformular as origens de Macau”, *passim*.
- 37 C. R. Boxer, *O Grande Navio*, p.23.
- 38 Ao relatar acontecimentos ocorridos na Índia em 1556, Diogo do Couto faz pela primeira vez referência à armação das “náos da China” (*Década VII*, liv.2, cap.11, p.185).
- 39 C. R. Boxer, *O Grande Navio*, pp.23-24.
- 40 J. Freitas, *Camões*, pp.26-27.
- 41 C. R. Boxer, *O Grande Navio*, p.24.
- 42 Cf. Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.4.
- 43 *Cartas*, ed.1598, fl.63.
- 44 *Livro de Marinharia*, p.120. De acordo com esta fonte, compilada por volta de 1595, as correntes que empurravam os navios para estes baixos eram especialmente fortes em Janeiro e Fevereiro, data em que terá ocorrido o naufrágio de Leonel de Sousa.
- 45 Vd., a propósito, Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, missionários e mandarins*, pp.577-580.
- 46 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.4.
- 47 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.4.

## HISTORIOGRAFIA

- 48 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.4.
- 49 *Documenta Indica*, vol.4, p.98.
- 50 Vd. C. R. Boxer, *O Grande Navio*, passim; e G. Schurhammer, *Francisco Javier*, vol.4, pp.845-854.
- 51 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.4.
- 52 *Documenta Indica*, vol.3, p.361.
- 53 Vd. K. W. So, *Japanese Piracy*, pp.145-160.
- 54 Em 1555, segundo informara o padre Melchior Nunes Barreto, as autoridades cantonenses, em menos de um mês, haviam aparelhado “duzentos e oitenta juncos e dez mil homens, para irem sobre os japões” (cf. Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, p.82).
- 55 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.4.
- 56 Vd. K. W. So, *Japanese Piracy*, pp.153-155.
- 57 Vd., a propósito, R. Ptak, “The Demography”, pp.27-35.
- 58 Luís Fróis, *Historia*, pt.1, cap.20 (vol.1, p.131).
- 59 C. R. Boxer, *O Grande Navio*, p.24.
- 60 Luís Fróis, *Historia*, pt.1, cap.28 (vol.1, p.183).
- 61 Vd. G. Schurhammer, *Francisco Javier*, vol.4, p.847. Fernão Mendes Pinto menciona um Aires Botelho de Sousa, que, por volta de 1546, andava pelos portos do Chinchéu (*Peregrinação*, cap.221, p.700). Seria o mesmo homem?
- 62 Seria fastidioso enumerar todas as viagens que se efectuaram desde 1560 em diante, e também redundante, uma vez que o trabalho já foi realizado. Vd. C. R. Boxer, *O Grande Navio*, pp.25-41 (para viagens até 1583); e também G. Schurhammer, *Francisco Javier*, vol.4, pp.847-854.
- 63 *Cartas*, ed.1598, fl.95.
- 64 *Enformação*, p.94.
- 65 Álvaro Semedo, *Relação*, pt.2, cap.1 (vol.2, pp.9-10).
- 66 Vd. os trabalhos de L. G. Gomes, um entusiástico defensor da *tese dos piratas*, reunidos em *Macau, um Município com História*, passim.
- 67 Vd. Benjamim Videira Pires, “Os Três Heróis”, passim.
- 68 Cf. Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.9. Sobre esta embaixada, vd. Jorge Santos Alves, *Um porto entre dois impérios*, pp.51-102.
- 69 Cf. Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, docs.6, 8 e 9. Vd. K. C. Fok, *The Macao Formula*, pp.78-85.
- 70 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.9.
- 71 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.9.
- 72 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.9.
- 73 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.9.
- 74 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.6.
- 75 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.8.
- 76 Luís Fróis, *Historia*, pt.1, cap.63 (vol.2, p.70). Sobre a viagem deste fidalgo, que em 1565 seguiria para o Japão, vd. C. R. Boxer, *O Grande Navio*, pp.288-290.
- 77 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.8.
- 78 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.8.
- 79 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.9.
- 80 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.6.
- 81 K. C. Fok, *The Macao Formula*, p.78. O padre António Franco, que compulsou documentação jesuíta da época do incidente, refere que a guarnição revoltada era composta por “dois mil soldados”, que “saltaram em terra nos subúrbios de Cantão e os saquearam à vista dos mandarins, que não tendo gente prestes, o não puderam remediar” (*Imagem da Virtude*, vol.2, p.402).
- 82 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.9.
- 83 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.8.
- 84 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.6.
- 85 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.6.
- 86 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.9.
- 87 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.6.
- 88 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.8.
- 89 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.6.
- 90 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.8.
- 91 Anos mais tarde, uma relação anónima escrita em Macau referia que as exigências dos mandarins só eram ultrapassados “com de contínuo correr um cano de prata dela para a [cidade] de Cantão, que sem isso se não pode sustentar” (cf. Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, p.60, n.232).
- 92 Um alto funcionário chinês que por estes anos prestou serviço na província de Guangdong, registaria mais tarde uma lista das mais valiosas mercadorias trazidas pelos portugueses, na qual se incluíam pimenta, pau-brasil, marfim, incenso e sândalo (K. C. Fok, *The Macao Formula*, pp.82-84).
- 93 Rui Manuel Loureiro, *Em busca das origens*, doc.5.
- 94 *Documenta Indica*, vol.6, p.607.
- 95 Gaspar Frutuoso, *Livro 2º*, cap.23, p.152.
- 96 *Documenta Indica*, vol.7, p.614.
- 97 Sebastião Gonçalves, *Primeira Parte*, liv.9, cap.25 (vol.3, p.144).
- 98 Benjamim Videira Pires, “Cartas”, p.799.
- 99 *Documenta Indica*, vol.7, p.585.
- 100 Josef Wicki, “Duas relações”, p.142.
- 101 Vd. Bodo Wiethoff, *Introdução*, pp.143-144.
- 102 *Documenta Indica*, vol.7, p.585.
- 103 Sebastião Gonçalves, *Primeira Parte*, liv.9, cap.25 (vol.3, p.142).
- 104 Gaspar Frutuoso, *Livro 2º*, cap.23, pp.152-156.
- 105 Gaspar Frutuoso, *Livro 2º*, cap.23, p.153.
- 106 Gaspar Frutuoso, *Livro 2º*, cap.23, p.155.
- 107 Gaspar Frutuoso, *Livro 2º*, cap.23, p.152.
- 108 J. V. Serrão, *A Historiografia*, vol.3, p.311.
- 109 Vd. C. F. Moura, “Tristão Vaz da Veiga”, pp.106-107.
- 110 C. F. Moura, “Tristão Vaz da Veiga”, pp.107-108.
- 111 Jorge de Lemos teria tido algum papel na preparação do referido *panegírico*? É difícil responder, pois quase nada se consegue apurar sobre este homem, que exerceu diversos cargos administrativos no *Estado da Índia*. Gaspar Frutuoso, por sinal, menciona o livro do “douto e curioso Jorge de Lemos”, escrito “em elegante estilo” (*Livro 2º*, cap.24, p.157). A *História* foi publicada em Lisboa, em 1585.
- 112 Vd., a propósito, João Paulo Oliveira e Costa, *O Japão e o Cristianismo*, passim.
- 113 *Documenta Indica*, vol.8, pp.107-108.
- 114 Gaspar Frutuoso, *Livro 2º*, cap.23, p.154.
- 115 Josef Wicki, “Duas relações”, p.143.
- 116 Josef Wicki, “Duas relações”, p.144.
- 117 Esta fórmula para designar Macau, como vimos, parece ter-se vulgarizado depois de 1585.
- 118 Gaspar Frutuoso, *Livro 2º*, cap.23, p.156.
- 119 J. Freitas, *Macau*, p.20.
- 120 J. Freitas, *Macau*, p.21.
- 121 J. Freitas, *Macau*, p.20. Em 1621, vivia ainda em Macau um tal António Garcês, que testemunhara estes acontecimentos meio século antes (J. Freitas, *Macau*, p.21). Vd. Benjamim Videira Pires, “O Foro do Chão de Macau”, pp.319-334.
- 122 Vd. T. T. Chang, *O Comércio Sino-Português*, pp.132-144; e W. R. Usellis, *As Origens*, pp.56-64.
- 123 Cf. *Instrução para o Bispo*, pp.116-118.
- 124 Vd. K. C. Fok, *The Macao Formula*, pp.99-105.
- 125 *Livro das Cidades*, p.158.
- 126 *Livro das Cidades*, p.159.
- 127 *Documentação – Insulíndia*, vol.5, p.68.
- 128 Vd. Manuela Blanco Velez, “A primeira Capitania Geral de Macau”, passim.
- 129 Rui Manuel Loureiro, “Visões da China”, pp.104-107.
- 130 Rui Manuel Loureiro, “Visões da China”, pp.104-107.
- 131 Léon Lopeteguí, “Contactos entre España”, p.345.
- 132 Vd. C. R. Boxer, *O Grande Navio*, passim; e Benjamim Videira Pires, *A Viagem de Comércio*, passim.

## BIBLIOGRAFIA

- Alves, Jorge Manuel dos Santos – *Um Porto entre dois impérios – Estudos sobre Macau e as relações luso-chinesas*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1999
- Archivo Portuguez Oriental*, edição de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, 6 fasc. / 10 pts. Nova Delhi: Asian Educational Services, 1992
- Boletim da Filмотeca Ultramarina* (Lisboa), n.15, 1960
- Batalha, Graciete Nogueira – “Este nome de Macau...”. *Revista de Cultura* (Macau), n.1, 1987, pp.7-15.
- Boxer, Charles R. – *O Grande Navio de Amacau*, Macau, Fundação Oriente & Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989
- Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Jesus escreverão dos Reynos de Japão & China* [Évora, 1598], edição fac-similada de José Manuel Garcia, 2 vols., Maia, Castoliva, 1997
- Chang Tien-Tsê, *O Comércio Sino-Português entre 1514 e 1644 – Uma Síntese de Fontes Portuguesas e Chinesas*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1997
- Costa, João Paulo Oliveira e – *O Japão e o Cristianismo no Século XVI – Estudos de História Luso-Nipônica*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999
- Couto, Diogo do – *Da Ásia* [Lisboa, 1778-1788], edição fac-similada, 15 vols., Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1973-1975
- Cruz, Gaspar da – *Tratado das coisas da China* [Évora, 1570], edição de Rui Manuel Loureiro, Lisboa, Edições Corovia, 1997.
- Documenta Indica*, edição de Josef Wicki, 18 vols., Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1948-1988
- Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Insulândia*, edição de Artur Basílio de Sá, 6 vols., Lisboa, Agência Geral do Ultramar & Instituto de Investigação Científica Tropical, 1954-1988
- Enformação das cousas da China – Textos do século XVI*, edição de Raffaella d’Intino, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989
- Fok, Kai Cheong – *The Macao Formula: a Study of Chinese Management of Westerners from Mid-sixteenth century to the Opium War Period*, Honolulu, University of Hawaii, 1978 [Dissertação de doutoramento inédita]
- Franco, Pe. António – *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus*, 2 vols., Évora & Lisboa, Oficina da Universidade, 1719
- Freitas, Jordão – *Camões em Macau*, Lisboa, Imprensa de Libânio da Silva, 1911
- Freitas, Jordão – *Macau – Materiais para a sua História no Século XVI*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1988
- Fróis, Luís – *Historia de Japam*, edição de Josef Wicki, 5 vols., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1976-1984
- Frutuoso, Gaspar – *Livro 2º das Saudades da Terra*, edição de Damião Peres, Porto, Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1925
- Gomes, Luís Gonzaga – *Macau, um Município com História*, organização de António Aresta & Celina Veiga de Oliveira, 1997
- Gonçalves, Sebastião – *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus*, edição de Josef Wicki, 3 vols., Coimbra, Atlântida, 1957-1962
- Instrução para o Bispo de Pequim e outros documentos para a história de Macau*, edição de Manuel Múrias, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943 [Reedição: Macau, Instituto Cultural de Macau, 1988]
- Jin Guoping & Wu Zhiliang – “Reformular as origens de Macau – Imperadores, âmbar-cinzentos e Macau”, *Revista de Cultura* (Macau), ns.38-39, 1999, pp.3-22
- Le “Livro de Marinharia” de Gaspar Moreira*, edição de Léon Bourdon & Luís de Albuquerque, Lisboa, Junta de Investigações Científicas dos Ultramar, 1977
- Lemos, Jorge de – *História dos cercos de Malaca* [Lisboa, 1585], edição fac-similada, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982 [Reedição de João C. Reis, Macau, Edições Mar-Oceano, 1991]
- Livro das cidades, e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia*, edição de F. P. Mendes da Luz, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960
- Lopeteguí, Léon – “Contactos entre España y China en el siglo XVI”, *Missionalia Hispanica* (Madrid), vol.1, 1944, pp.341-352
- Loureiro, Rui Manuel – “Da passagem portuguesa pela China”, in *Rotas da Terra e do Mar*, direcção de Martim de Albuquerque & José Manuel Garcia, Lisboa, Diário de Notícias & Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, pp.428-456
- Loureiro, Rui Manuel – *Em busca das origens de Macau*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996 [Reedição fac-similada: Macau, Museu Marítimo de Macau, 1997]
- Loureiro, Rui Manuel – “Visões da China na literatura ibérica dos séculos XVI e XVII”, *Revista de Cultura* (Macau), n.31, 1997, pp.9-211
- Loureiro, Rui Manuel – *Fidalgos, missionários e mandarins – Portugal e a China no Século XVI*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000.
- Moura, Carlos Francisco – “Tristão Vaz da Veiga – Capitão-mor da Primeira Viagem Macau-Nagasaki”, *Boletim do Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau* (Macau), n.3, s.d., pp.103-168
- Pegado, J. Gregório – “Um inquérito do Visconde de Santarém”, *Tá-ssi-yang-kuo* (Lisboa), sér.1, vol.1, 1899, pp.141-160
- Pinto, Fernão Mendes – *Peregrinação* [Lisboa, 1614], edição de Adolfo Casais Monteiro, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988
- Pires, Benjamim Videira – “Os Três Heróis do IV Centenário”, *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* (Macau), vol.62, ns.722-726, 1964, pp.687-728
- Pires, Benjamim Videira – “Cartas dos fundadores”, *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* (Macau), vol.62, ns.722-726, 1964, pp.729-802
- Pires, Benjamim Videira – “O Foro do Chão de Macau”, *Boletim do Instituto Luís de Camões* (Macau), vol.1, ns.4-5, 1967, pp.319-334
- Pires, Benjamim Videira – *A viagem de comércio Macau-Manila nos séculos XVI a XIX*, Macau, Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1987
- Ptak, Roderich – “The demography of old Macao, 1555-1640”, *Ming Studies* (Geneva, Nova Iorque), n.15, 1982, pp.27-35
- Schurhammer, Georg – *Francisco Javier. Su vida y su tiempo*, 4 vols., [Pamplona], Gobierno de Navarra, Compañía de Jesús & Arzobispado de Pamplona, 1992
- Semedo, Álvaro – *Relação da Grande Monarquia da China*, edição e tradução de Luís Gonzaga Gomes, 2 vols., Macau, Notícias de Macau, 1956 [Reedição de António Aresta & António Carmo: Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude & Fundação Macau, 1994]
- Serrão, Joaquim Veríssimo – *A Historiografia Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Editorial Verbo, 1972-1974
- So Kwan-wai – *Japanese Piracy in Ming China During the 16th Century*, East Lansing, Michigan State University Press, 1975
- Usellis, William Robert – *As Origens de Macau*, Macau, Museu Marítimo de Macau, 1995
- Velez, Manuela Blanco – “A primeira Capitania Geral de Macau, 1623-1626”, in *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente – Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, edição de Artur Teodoro de Matos & Luís Filipe Thomaz, Macau & Lisboa, s.e., 1993, pp.7-20.
- Wicki, Josef – “Duas relações sobre a situação da Índia portuguesa nos anos de 1568 e 1569”, *Studia* (Lisboa), n.8, 1961, pp.133-220
- Wiethoff, Bodo – *Introduction to Chinese History – From Ancient Times to 1912*, Londres, Thames and Hudson, 1975